

CONCURSO PÚBLICO NÍVEL SUPERIOR

112 – ENGENHEIRO DE SEGURANÇA NO TRABALHO TIPO A

Frase: **A felicidade está na jornada, não no destino.**

(Transcrever a frase acima para o cartão de respostas)



SUA PROVA

O candidato receberá do fiscal de sala:

- Este caderno de prova, contendo **65 (sessenta e cinco)** questões objetivas; e
- Um **Cartão de Respostas** destinado às respostas das questões objetivas.



TEMPO

- **4 (quatro) horas** é o tempo disponível para a realização da prova, já incluindo o tempo para a marcação no **Cartão de Respostas** da prova objetiva.
- Em hipótese alguma o candidato levará consigo o caderno de prova.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- ausentar-se da sala ou do local de prova sem o acompanhamento de um fiscal;
- fazer uso de calculadora, relógio de qualquer espécie e/ou agenda eletrônica ou similar;
- portar, após o início das provas, qualquer equipamento eletrônico e/ou sonoro e/ou de comunicação ligados ou desligados;
- comunicar-se com outro candidato ou terceiros, verbalmente ou por escrito, bem como fazer uso de material não permitido para a realização da prova;
- lançar meios ilícitos para a realização da prova;
- deixar de devolver ao fiscal qualquer material de aplicação da prova, fornecido pelo **IDECAN**;
- usar sanitários após o término da prova, ao deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se o **CARGO** deste caderno de prova coincide com o registrado no cabeçalho de cada página e com o cargo para o qual você está inscrito. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências.
- Confira seus dados pessoais, cargo, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o **Cartão de Respostas**.
- Identifique no **Cartão de Respostas** o **TIPO** de caderno de prova, a não identificação no **Cartão de Respostas**, pelo candidato, acarretará em nota final igual a **0,00 (zero)**.
- Assine seu nome, no espaço reservado, com caneta esferográfica em material transparente, de tinta cor azul ou preta.
- Em hipótese alguma haverá substituição do **Cartão de Respostas** por erro do candidato.
- O candidato deverá transcrever as respostas da prova objetiva para o **Cartão de Respostas**, sendo este o único documento válido para a correção da prova. O preenchimento do **Cartão de Respostas** será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas no **Edital**, no **Caderno de Prova**, e no **Cartão de Respostas**.
- O **IDECAN** realizará identificação datiloscópica de todos os candidatos. A identificação datiloscópica compreenderá a coleta das impressões digitais dos candidatos.
- Ao terminar a prova, o candidato deverá, **OBRIGATORIAMENTE**, devolver ao fiscal o **Caderno de Prova** e o **Cartão de Respostas** devidamente assinados, apenas, nos locais indicados.
- Durante a realização da prova, o envelope de segurança com os equipamentos e materiais não permitidos, devidamente lacrado, deverá permanecer embaixo ou ao lado da carteira/cadeira utilizada pelo candidato, devendo permanecer lacrado durante toda a realização da prova e somente poderá ser aberto no ambiente externo do local de provas.
- Os **3 (três) últimos** candidatos de cada sala só poderão sair juntos.
- O gabarito oficial preliminar da prova será divulgado na Internet, no endereço eletrônico www.idecan.org.br, juntamente com os Cadernos de Prova, conforme Edital.

PREENCHA MANUALMENTE:

INSCRIÇÃO

NOME COMPLETO



CONHECIMENTOS COMUNS

Língua Portuguesa

- Texto para as questões de 1 a 10.

O QUE É A CULTURA WOKE? POR QUE GEROU UMA GUERRA CULTURAL?

Foi no início do século XXI que a cultura *woke* ganhou uma nova conotação que dura até os dias de hoje. Atualmente, a palavra *woke* se refere a narrativas e a linhas de pensamento, como pautas progressistas e relativistas.

Segundo o dicionário inglês de Cambridge, a palavra *woke*, em sua acepção moderna, significa: “*estar consciente sobre temas sociais e políticos, especialmente sobre o racismo*”.

O termo é comumente utilizado para se referir à inserção desse tipo de conteúdo em filmes, em séries e em outros meios de entretenimento, mas a expressão também é utilizada para se referir à esquerda política e a suas pautas sociais.

Em tradução literal, a palavra *woke* significa “acordado”. Ativistas políticos passaram a utilizar o verbo para designar aqueles que estão “acordados”, atentos a questões de justiça social.

Pensadores da linha da filosofia clássica, como o Bispo americano Robert Barron, afirmam que o termo *woke* é utilizado para se referir aos adeptos do relativismo moral e de outras políticas progressistas, como Karl Marx, Friedrich Nietzsche, Michel Foucault e Jean Paul Sartre. Todos defendiam o relativismo moral em algum grau.

A cultura *woke* afirma que o certo e o errado se tornam conceitos vagos que variam de pessoa para pessoa, de acordo com sua cultura e criação. Tudo se torna uma questão de ponto de vista e de circunstância. Esse princípio faz com que realidades universais e objetivas sejam descartadas. Na cultura *woke*, “é proibido proibir”.

Como consequência lógica desse tipo de pensamento, os arquétipos clássicos da cultura ocidental precisaram ser transformados. A cultura *woke* busca mudar o pressuposto de que há realidades naturais e objetivas, como família e liberdade de expressão.

Pensadores contrários à cultura *woke*, como Bispo Barron, afirmam que esse tipo de pensamento é o inverso da cultura ocidental. Para a filosofia clássica, especialmente para o pensamento aristotélico-tomista, o intelecto humano é capaz de analisar a realidade e de descobrir a essência das coisas e as leis universais de diversos tipos, como a gravidade, a inércia, e até mesmo os valores morais, como os princípios da justiça, da liberdade e da propriedade.

Disponível em: <https://www.brasilparalelo.com.br/artigos/o-que-e-a-cultura-woke>. Acesso em: 16.fev.2025. Adaptado.

1. “A cultura *woke* afirma que o **certo** e o **errado** se tornam conceitos vagos [...]”

No contexto discursivo apresentado, os termos demarcados anteriormente têm função de

- (A) artigos.
- (B) adjetivos.
- (C) advérbios.
- (D) pronomes.
- (E) substantivos.

2. “[...] os **arquétipos** clássicos da cultura ocidental precisaram ser transformados.”

Arquétipos é o mesmo que

- (A) lindes.
- (B) óbices.
- (C) pespegos.
- (D) estereótipos.
- (E) paradigmas.

3. Regência verbal é a relação entre o verbo e os seus possíveis complementos ou adjunções. Partindo desse pressuposto, analise o período a seguir, de modo a classificar a regência do verbo demarcado.

“Atualmente, a palavra *woke* **se refere** a narrativas e a linhas de pensamento, como pautas progressistas e relativistas.”

- (A) É transitivo direto, em que **a narrativas e a linhas de pensamento** são seus objetos diretos.
- (B) É intransitivo, em que os elementos pospostos ao verbo **referir-se** são apenas adjuntos adverbiais.
- (C) É transitivo indireto, em que **a narrativas e a linhas de pensamento** trata-se do seu objeto indireto.
- (D) É bitransitivo, em que **narrativas e linhas** são núcleos de seu objeto direto e **de pensamento** seu objeto indireto.
- (E) É bitransitivo, em que **a narrativas e a linhas de pensamento** é o primeiro objeto indireto; enquanto **como pautas progressistas e relativistas** seu segundo objeto indireto.

4. “Segundo o dicionário inglês de Cambridge, a palavra *woke*, em sua acepção moderna, significa: ‘*estar consciente sobre temas sociais e políticos, especialmente sobre o racismo*’.”

O termo destacado atribui ao texto uma progressão temática, primordialmente, por

- (A) elipse.
- (B) hiponímia.
- (C) hiperonímia.
- (D) coesão intraparagráfica.
- (E) coesão interparagráfica.

5. Atente-se à função dos termos enumerados no trecho entre aspas, para assinalar a alternativa correta dentre os itens a seguir.

“A cultura *woke* afirma **que**¹ o certo e o errado se tornam conceitos vagos **que**² variam de pessoa para pessoa”.

- (A) 1 introduz uma oração subordinada adverbial; enquanto 2, uma oração adjetiva.
- (B) 1 introduz uma oração subordinada adjetiva; enquanto 2, uma oração adverbial.
- (C) 1 introduz uma oração subordinada substantiva; enquanto 2, uma oração adjetiva.
- (D) 1 introduz uma oração subordinada adjetiva; enquanto 2, uma oração substantiva.
- (E) 1 introduz uma oração subordinada substantiva; enquanto 2, uma oração adverbial.

6. “[...] **há** realidades naturais e objetivas, como família e liberdade de expressão.”

Assim como em relação ao verbo ressaltado no excerto anterior, há respeito às regras da gramática normativa, em se tratando da concordância verbal, na alternativa

- (A) “[...] **havam** realidades naturais e objetivas [...]”
- (B) “[...] **haveriam** realidades naturais e objetivas [...]”
- (C) “[...] **houvera** realidades naturais e objetivas. [...]”
- (D) “[...] **existe** realidades naturais e objetivas. [...]”
- (E) “[...] **existira** realidades naturais e objetivas [...]”

7. “Esse princípio faz com que realidades universais e objetivas sejam **descartadas**.”

O processo de formação da palavra **descartadas** é alicerçado por

- (A) dois afixos.
- (B) dois temas.
- (C) duas raízes.
- (D) dois radicais.
- (E) duas vogais temáticas.

8. A passagem a seguir torna-se coerente em decorrência do processo de coesão sem nenhuma infração ao paralelismo sintático realçado no período.

“[...] o intelecto humano é capaz **de** analisar **a** realidade e **de** descobrir **a** essência das coisas e **as** leis universais de diversos tipos, como **a** gravidade, **a** inércia, e até mesmo **os** valores morais, como **os** princípios **da** justiça, **da** liberdade e **da** propriedade.”

Essa articulação coesiva é denominada de

- (A) sequencial frástica.
- (B) referencial anafórica.
- (C) referencial catafórica.
- (D) sequencial parafrástica.
- (E) referencial por uso de formas lexicais.

9. “Foi no início do século XXI que a cultura *woke* **ganhou** uma nova conotação.”

O tempo verbal ressaltado indica

- (A) uma ação que ocorreu antes do momento da fala.
- (B) uma ação que aconteceu antes de outra ação passada.
- (C) uma ação que ainda não aconteceu no momento da fala.
- (D) uma ação ocorrida no passado, mas que não foi completamente terminada.
- (E) uma ação que poderia ter acontecido posteriormente a uma situação no passado.

10. [...] o intelecto humano é capaz **de**¹ analisar a realidade e de descobrir a essência das coisas e as leis universais **de**² diversos tipos.”

Em se tratando da função desempenhada pelas preposições em destaque, é correto afirmar que

- (A) em 1 é passiva; em 2, ativa.
- (B) em 1 é ativa; em 2, passiva.
- (C) em 1 e em 2, a função é ativa.
- (D) em 1 e em 2, a função é passiva.
- (E) em 1 e em 2, a função é ativa e passiva simultaneamente.

Raciocínio Lógico Matemático

11. No Natal de 2025, Pedro terá o triplo da idade de Ana. 5 anos depois, a diferença entre as idades deles será de 30 anos. Determine a idade de Ana no Natal de 2040.

- (A) 20 anos.
- (B) 25 anos.
- (C) 27 anos.
- (D) 30 anos.
- (E) 32 anos.

12. Um triângulo retângulo XYZ tem o ângulo reto em Y, com catetos $XY = 5$ cm e $YZ = 12$ cm. Uma reta paralela ao cateto YZ parte de um ponto W em XZ, dividindo-o na razão $XW:WZ = 3:2$, e intercepta XY no ponto V. Calcule o comprimento de WV.

- (A) 2,8 cm.
- (B) 3,6 cm.
- (C) 7,2 cm.
- (D) 8,6 cm.
- (E) 9,2 cm.

13. Em uma progressão aritmética, a soma dos primeiros 10 termos é 150, e a soma dos 10 termos seguintes é 550. Determine o primeiro termo da sequência.

- (A) -13.
- (B) -3.
- (C) 0.
- (D) 3.
- (E) 13.

14. Em uma sala de espera, há 6 cadeiras individuais numeradas de 1 a 6. Três pessoas entram na sala e precisam escolher seus lugares. Para garantir que haja algum espaço entre elas, qualquer pessoa que se sentar não pode ocupar uma cadeira ao lado de outra pessoa. Determine de quantas maneiras diferentes essas três pessoas podem se sentar nas cadeiras.

- (A) 20 maneiras.
- (B) 24 maneiras.
- (C) 28 maneiras.
- (D) 32 maneiras.
- (E) 36 maneiras.

15. Sejam os conjuntos $X = \{2, 4, 6, 8, 10, 12\}$, $Y = \{3, 6, 9, 12, 15\}$ e $Z = \{4, 6, 8, 10, 12, 14, 16\}$. Determine $(X \cup Y) - Z$.

- (A) $\{2, 3, 4, 6, 8, 9, 10, 12, 15\}$.
- (B) $\{2, 3, 9, 15\}$.
- (C) $\{6, 12\}$.
- (D) $\{2, 3, 4, 6, 8, 9, 10, 12, 14, 15, 16\}$.
- (E) $\{2, 4, 6, 8, 10, 12\}$.

Informática

16. Em um ambiente de trabalho que exige alta precisão e velocidade na entrada de dados, a escolha de periféricos adequados é essencial para garantir eficiência. Considerando as características e funções dos periféricos de um computador, identifique a alternativa correta.

- (A) Os *scanners* de mesa utilizam sensores piezoelétricos para capturar imagens, garantindo maior precisão em comparação com sensores ópticos.
- (B) O mouse óptico e o mouse laser utilizam tecnologias diferentes, sendo o primeiro baseado em LEDs para iluminar a superfície e o segundo em feixes de laser para maior precisão em diferentes superfícies.
- (C) As impressoras térmicas utilizam cartuchos de tinta à base de pigmento para garantir uma maior durabilidade das impressões em ambientes industriais.
- (D) Os teclados mecânicos possuem membranas de borracha que atenuam o impacto das teclas, proporcionando maior silêncio e conforto ao usuário.
- (E) Os monitores com tecnologia OLED oferecem maior taxa de contraste em comparação com LCDs tradicionais, pois cada pixel emite sua própria luz.

17. No Windows 11, a organização e manipulação de pastas são essenciais para o gerenciamento eficiente de arquivos. Com base nas funcionalidades do sistema operacional, assinale o item correto.

- (A) As pastas no Windows 11 são armazenadas apenas no diretório raiz do sistema operacional, sendo impossível criar subpastas.
- (B) No Windows 11, as pastas podem ser personalizadas com diferentes ícones e atributos, permitindo ao usuário diferenciar visualmente seu conteúdo.
- (C) Ao excluir uma pasta no Windows 11, os arquivos contidos nela são enviados para a Lixeira, exceto em casos como exclusão definitiva (Shift +Delete) ou quando removidos de um dispositivo externo.
- (D) As permissões de acesso a uma pasta no Windows 11 não podem ser alteradas pelos usuários, sendo definidas apenas pelo próprio sistema operacional.
- (E) O nome de uma pasta no Windows 11 pode conter qualquer caractere, incluindo aqueles reservados pelo sistema, como '/', '*' e '?', sem restrições.

18. Os dispositivos de armazenamento são essenciais para o desempenho e a integridade dos dados em sistemas computacionais modernos. Considerando as características e funcionamento desses dispositivos, assinale a alternativa correta.

- (A) O HDD (*Hard Disk Drive*) utiliza tecnologia de memória flash para armazenar dados de forma permanente, garantindo maior velocidade de acesso em comparação com SSDs.
- (B) Os SSDs (*Solid State Drives*) utilizam discos magnéticos rotativos para armazenar dados, resultando em um tempo de acesso mais lento do que os HDDs convencionais.
- (C) O armazenamento NVMe (*Non-Volatile Memory Express*) proporciona maior taxa de transferência de dados em comparação ao SATA, pois opera diretamente na interface PCIe.
- (D) Os dispositivos de armazenamento do tipo *Blu-ray* utilizam tecnologia de laser azul-violeta, permitindo maior capacidade de gravação em comparação aos DVDs.
- (E) Os cartões SD (*Secure Digital*) utilizam um sistema de gravação baseado em trilhas magnéticas, semelhante ao funcionamento dos discos rígidos tradicionais.

19. A navegação na Internet envolve diversos protocolos e mecanismos que garantem a comunicação entre usuários e servidores. No contexto da navegação em páginas web e considerando a estrutura da Internet, marque a alternativa correta.

- (A) O protocolo HTTP garante que todas as comunicações na web sejam criptografadas, protegendo os dados transmitidos entre o navegador e o servidor.
- (B) O DNS (*Domain Name System*) traduz endereços IP em URLs amigáveis para os usuários, facilitando a navegação na Internet.
- (C) O protocolo HTTPS utiliza criptografia TLS/SSL para proteger a comunicação entre clientes e servidores, garantindo maior segurança na navegação.
- (D) A navegação por meio do modo anônimo dos navegadores impede que os sites visitem, armazenem cookies ou rastreiem a atividade do usuário na Internet.
- (E) A conexão entre um navegador e um site na Internet é sempre direta, sem a necessidade de intermediários como proxies, servidores de cache ou CDNs.

20. A computação moderna é baseada em diversos conceitos fundamentais que garantem o funcionamento eficiente de hardware, software e redes. Considerando os princípios básicos da informática, identifique o item correto.

- (A) A unidade central de processamento (CPU) executa instruções armazenadas na memória principal, realizando operações aritméticas e lógicas de acordo com o conjunto de instruções do processador.
- (B) A memória RAM armazena dados de forma permanente, garantindo que os arquivos fiquem disponíveis mesmo após o desligamento do computador.
- (C) O sistema operacional atua exclusivamente como um gerenciador de arquivos e programas, sem interferir na alocação de recursos do hardware.
- (D) O barramento de dados de um computador tem a função exclusiva de fornecer energia elétrica aos componentes internos do sistema.
- (E) O protocolo TCP/IP é utilizado apenas para comunicação entre dispositivos móveis, não sendo aplicado em redes cabeadas.

Legislação

21. Regula a Constituição da República Federativa do Brasil que a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Ainda, temos que o ensino será ministrado com base em determinados princípios, dentre os quais podemos destacar corretamente apenas o contido em:

- (A) Garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da primeira infância.
- (B) Gestão política do ensino público, na forma da lei.
- (C) Valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas.
- (D) Inexistência de padrão de qualidade.
- (E) Piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei municipal.

22. A partir das lições emanadas da CFEB/88 sobre Segurança Pública, podemos assinalar como correto apenas o inculcado em:

- (A) Às polícias penais incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares.
- (B) As polícias militares e os corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva das Forças Armadas, subordinam-se, juntamente com as polícias civis e as polícias penais estaduais e distrital, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.
- (C) Os Municípios poderão constituir agências para funções de polícia marítima, lacustre, aeroportuária e de fronteiras.
- (D) Às Guardas Civis Municipais cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública.
- (E) A segurança viária compreende a educação, engenharia e fiscalização de trânsito, além de outras atividades previstas em lei, que assegurem ao cidadão o direito à mobilidade urbana eficiente.

23. À luz da CRFB/88, compete privativamente à União legislar sobre

- (A) diretrizes e bases da educação nacional; dentre outras.
- (B) direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico; dentre outros.
- (C) florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição; dentre outros.
- (D) adequação ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano; dentre outros.
- (E) instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões; dentre outros.

24. Sabemos que a Lei Federal nº 11.091, de 12/01/2005, dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências. Dentre outras especificidades, temos a criação da Comissão Nacional de Supervisão do Plano de Carreira, vinculada ao Ministério da Educação, com a finalidade de acompanhar, assessorar e avaliar a implementação do Plano de Carreira, cabendo-lhe, em especial:

- (A) Avaliar, trimestralmente, as propostas de lotação das Instituições Federais de Ensino.
- (B) Promover o dimensionamento das necessidades institucionais, com definição de modelos de alocação de vagas que contemplem a diversidade das instituições.
- (C) Examinar os casos omissos referentes ao Plano de Carreira, encaminhando-os à apreciação dos órgãos competentes.
- (D) Fiscalizar a implantação do Incentivo à Qualificação e a efetivação do enquadramento por nível de capacitação.
- (E) Regulamentar o tempo de efetivo exercício no serviço público federal.

25. Conforme regulado pelo Decreto Federal nº 1.171, de 22/06/1994, são deveres fundamentais do servidor público:

- (A) Pleitear, solicitar, provocar, sugerir ou receber qualquer tipo de ajuda financeira, gratificação, prêmio, comissão, doação ou vantagem de qualquer espécie, para si, familiares ou qualquer pessoa, para o cumprimento da sua missão ou para influenciar outro servidor para o mesmo fim.
- (B) Fazer o uso do cargo ou função, facilidades, amizades, tempo, posição e influências, para obter qualquer favorecimento, para si ou para outrem.
- (C) Usar de artifícios para procrastinar ou dificultar o exercício regular de direito por qualquer pessoa, causando-lhe dano moral ou material.
- (D) Fazer uso de informações privilegiadas obtidas no âmbito interno de seu serviço, em benefício próprio, de parentes, de amigos ou de terceiros.
- (E) Resistir a todas as pressões de superiores hierárquicos, de contratantes, interessados e outros que visem obter quaisquer favores, benesses ou vantagens indevidas em decorrência de ações imorais, ilegais ou aéticas e denunciá-las.

26. Na forma da Lei Federal nº 14.133, de 01/04/2021, temos que aqueles cujo modelo de execução contratual exige, entre outros requisitos, que os empregados do contratado fiquem à disposição nas dependências do contratante para a prestação dos serviços, são corretamente chamados de

- (A) serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual.
- (B) serviços de engenharia.
- (C) fornecimento e prestação de serviço associado.
- (D) serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra.
- (E) contratação por tarefa.

27. Vaticina a Lei Federal nº 14.133, de 01/04/2021, que, a critério da autoridade competente, em cada caso, poderá ser exigida, mediante previsão no edital, prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e fornecimentos. Assim, caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

- (A) Hipoteca.
- (B) Fiança de empresa codevedora.
- (C) Caução em créditos imobiliários.
- (D) Título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.
- (E) Seguro de vida.

28. Diploma a Lei Federal nº 14.133, de 01/04/2021, que constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, a seguinte situação:

- (A) Variação do valor contratual para fazer face ao reajuste ou à repactuação de preços não previstos no próprio contrato; dentre outros.
- (B) Atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas; dentre outras.
- (C) Caso fortuito ou força maior, mesmo que não sejam regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato; dentre outros.
- (D) Repetidas suspensões que totalizem 60 (sessenta) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas; dentre outros.
- (E) Necessidade de alteração do projeto ou das especificações para melhor adequação técnica aos objetivos da contratação, a pedido da Administração, desde que não decorrente de erros ou omissões por parte do contratado.

29. Aduz a Lei Federal nº 8.112, de 11/12/1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, serem requisitos básicos para investidura em cargo público:

- (A) O nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo; ter vida privada ilibada; dentre outros.
- (B) Aptidão física e mental; o gozo dos direitos políticos; dentre outros.
- (C) O gozo dos direitos políticos; aprovação em teste prático compatível com o cargo; dentre outros.
- (D) A quitação com as obrigações militares e eleitorais; a idade mínima de vinte e um anos; dentre outros.
- (E) Ser brasileiro nato; a quitação com as obrigações militares e eleitorais; dentre outras.

30. Conforme dispõe a Lei Federal nº 8.112, de 11/12/1990, a investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental verificada em inspeção médica é corretamente chamada de:

- (A) Recondição.
- (B) Reintegração.
- (C) Reversão.
- (D) Aproveitamento.
- (E) Readaptação.

31. Quanto ao Procedimento Administrativo e do Processo Judicial previstos na Lei Federal nº 8.429, de 02/06/1992, que dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, de que trata o § 4º do art. 37 da Constituição Federal; e dá outras providências:

- (A) É vedada a decretação de indisponibilidade da quantia de até 60 (sessenta) salários mínimos depositados em caderneta de poupança, em outras aplicações financeiras ou em conta corrente.
- (B) A comissão processante dará conhecimento ao Ministério Público da União e ao Tribunal ou Conselho de Contas da existência de procedimento administrativo para apurar a prática de ato de improbidade.
- (C) Somente um servidor público de carreira poderá representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade.
- (D) Da decisão que deferir ou indeferir a medida relativa à indisponibilidade de bens caberá recurso em sentido estrito, nos termos do Código de Processo Civil vigente.
- (E) Na ação por improbidade administrativa poderá ser formulado, em caráter antecedente ou incidente, pedido de indisponibilidade de bens dos réus, a fim de garantir a integral recomposição do erário ou do acréscimo patrimonial resultante de enriquecimento ilícito.

32. Insta a Constituição da República Federativa do Brasil que é garantido o direito de propriedade; a defesa do consumidor promovida pelo Estado; o respeito à integridade física e moral dos presos; a indenização do condenado por erro judiciário, assim como o que ficar preso além do tempo fixado na sentença; dentre outros. A tais lições chamamos, corretamente, de:

- (A) Objetivos da República Federativa do Brasil.
- (B) Princípios fundamentais.
- (C) Direitos e garantias fundamentais.
- (D) Fundamentos da República Federativa do Brasil.
- (E) Princípios da integração latino-americana.

33. Constitucionalmente, na vigência do estado de sítio, decretado com fundamento no art. 137, I da CFRB/88, só poderão ser tomadas contra as pessoas as medidas corretamente esposadas em:

- (A) A suspensão da liberdade de reunião; requisição de bens; dentre outras medidas.
- (B) A incomunicabilidade dos presos; restrição ao sigilo de comunicação telegráfica e telefônica; dentre outras medidas.
- (C) A obrigação de permanência em localidade determinada; suspensão dos direitos políticos; dentre outras medidas.
- (D) A prisão ou detenção de qualquer pessoa não poderá ser superior a quinze dias, salvo quando autorizada pelo Poder Judiciário; bloqueio de sinais de rádio, televisão e Internet; dentre outras medidas.
- (E) Intervenção nas empresas de particulares; toque de recolher; dentre outras medidas.

34. Na forma estrita da CFRB/88, temos que o Presidente da República ficará suspenso de suas funções

- (A) se comprovada a prática de crime hediondo, após a instauração do processo pelo Supremo Tribunal Federal; dentre outras.
- (B) quando decretar estado de defesa, estado de sítio ou intervenção federal, com prejuízo dos ritos constitucionais; dentre outras.
- (C) quando expedir instruções para a execução das leis, decretos e regulamentos visando interesses particulares; dentre outras.
- (D) nos crimes de responsabilidade, após a instauração do processo pelo Senado Federal; dentre outras.
- (E) quando comprovados atos estranhos ao exercício de suas funções; dentre outras.

35. Balizado pela Lei Federal nº 9.784 de 29/01/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, é impedido de atuar em processo administrativo o servidor ou autoridade que

- (A) tenha editado atos de caráter normativo.
- (B) seja a quem caiba a decisão de recursos administrativos.
- (C) tenha ele próprio houver desempenhado qualquer dessas funções ou servido como testemunha.
- (D) tenha dado parte oficial do crime.
- (E) esteja litigando judicial ou administrativamente com o interessado ou respectivo cônjuge ou companheiro.

36. Define a Lei Federal nº 12.527, de 18/11/2011, que dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com o fim de garantir o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal, que o acesso à informação de que trata a Lei compreende, entre outros, os direitos de obter:

- (A) informação pertinente à administração do patrimônio alheio, utilização de recursos financeiros, licitação e contratos de trabalho.
- (B) informação produzida ou custodiada por pessoa física ou entidade privada decorrente de qualquer vínculo com seus órgãos ou entidades, mesmo que esse vínculo já tenha cessado.
- (C) informação sobre registros de quaisquer repasses ou transferências de recursos financeiros.
- (D) informação relativa resultado de inspeções, auditorias, prestações e tomadas de contas realizadas pelos órgãos de controle interno e externo, excetuando-se as prestações de contas relativas a exercícios anteriores.
- (E) informação produzida ou custodiada por pessoa física ou entidade privada, independentemente de haver qualquer vínculo com órgãos ou entidades públicas.

37. Tomando por base o prescrito e regulado pela Lei Federal nº 11.091, de 12/01/2005, temos que a partir de 1º de janeiro de 2025, o desenvolvimento do servidor na carreira ocorrerá pela mudança de padrão de vencimento mediante progressão por mérito ou aceleração da progressão por capacitação, assunto sobre o qual podemos destacar, corretamente, apenas o contido em:

- (A) Aceleração da progressão por capacitação é a mudança de nível de capacitação, no mesmo cargo e nível de classificação, decorrente da obtenção pelo servidor de certificação em Programa de capacitação, compatível com o cargo ocupado, o ambiente organizacional e a carga horária mínima exigida, respeitado o interstício de 18 (dezoito) meses, nos termos da tabela constante do Anexo III da própria Lei.
- (B) O servidor que fizer jus à Progressão por Capacitação Profissional será posicionado no nível de capacitação subsequente, no mesmo nível de classificação, em padrão de vencimento na mesma posição relativa a que ocupava anteriormente, mantida a distância entre o padrão que ocupava e o padrão inicial do novo nível de capacitação.
- (C) Na contagem do interstício necessário à progressão por mérito de que trata o art. 10-B, será aproveitado o tempo computado desde a última progressão.
- (D) Progressão por Capacitação Profissional é a mudança de padrão de vencimento, decorrente da obtenção pelo servidor de certificação em programa de capacitação, compatível com o cargo ocupado, respeitado o interstício de cinco anos de efetivo exercício e cumprida a carga horária mínima em ações de desenvolvimento, nos termos do disposto no Anexo III-A da própria Lei.
- (E) Para fins de aceleração da progressão por capacitação, cada evento de capacitação deverá ser computado duas vezes.

38. Conforme vemos na Lei Federal nº 8.429, de 02/06/1992, as condutas de negar publicidade aos atos oficiais, exceto em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado ou de outras hipóteses instituídas em lei; e frustrar, em ofensa à imparcialidade, o caráter concorrencial de concurso público, de chamamento ou de procedimento licitatório, com vistas à obtenção de benefício próprio, direto ou indireto, ou de terceiros, correspondem corretamente a:

- (A) Atos de Improbidade Administrativa que importam enriquecimento ilícito.
- (B) Atos de Improbidade Administrativa que atentam contra os princípios da Administração Pública.
- (C) Atos de Improbidade Administrativa que violam o sigilo funcional.
- (D) Atos de Improbidade Administrativa que descumprem a lei geral de proteção dos dados.
- (E) Atos de Improbidade Administrativa que excedem o estrito cumprimento do dever legal.

39. Diz a Carta Magna que a República Federativa do Brasil se rege nas suas relações internacionais por princípios, dentre os quais podemos assinalar como correto apenas o contido em:

- (A) Garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; dentre outros.
- (B) Repúdio ao terrorismo e ao racismo; cooperação entre os povos para o progresso da humanidade; dentre outros.
- (C) Construir uma sociedade livre, justa e solidária; o pluralismo político; dentre outros.
- (D) Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação; os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; dentre outros.
- (E) Igualdade entre os Estados; a dignidade da pessoa humana; dentre outros.

40. Versa o dígito sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, de que trata o art. 37, § 4º da Constituição Federal que o sistema de responsabilização por atos de improbidade administrativa tutelar a probidade na organização do Estado e no exercício de suas funções, como forma de assegurar a integridade do patrimônio público e social, nos termos a própria Lei. Considerando as disposições gerais sobre o tema, está correto apenas o que se afirma em:

- (A) O sucessor ou o herdeiro daquele que causar dano ao erário ou que se enriquecer ilícitamente estão sujeitos apenas à obrigação de repará-lo até o limite do valor da herança ou do patrimônio transferido.
- (B) O mero exercício da função ou desempenho de competências públicas, sem comprovação de ato doloso com fim ilícito, não afasta a responsabilidade por ato de improbidade administrativa.
- (C) Os atos de improbidade violam a probidade na organização do Estado e no exercício de suas funções e a integridade do patrimônio público e social dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, apenas quando classificados como administração direta, no âmbito da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.
- (D) Configura improbidade a ação ou omissão decorrente de divergência interpretativa da lei, baseada em jurisprudência, ainda que não pacificada, mesmo que não venha a ser posteriormente prevalecente nas decisões dos órgãos de controle ou dos tribunais do Poder Judiciário.
- (E) Para os efeitos da Lei, consideram-se agente público o agente político, o servidor público e todo aquele que exerce, sempre remunerado, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nas entidades referidas no art. 1º da própria Lei.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

41. O dimensionamento do SESMT (Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho) é regulamentado pela Norma Regulamentadora NR-4, que estabelece os critérios para determinar a quantidade de profissionais da área de segurança e saúde do trabalho que uma empresa deve ter. Esse dimensionamento depende do grau de risco da atividade econômica da empresa e do número de empregados na empresa. Sendo assim, uma empresa de grau de risco 3, com 2.500 (dois mil e quinhentos) trabalhadores, é necessário ter o técnico de segurança do trabalho em número de

- (A) 6.
- (B) 5.
- (C) 4.
- (D) 3.
- (E) 2.

42. O dimensionamento da CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e de Assédio) é um processo essencial para garantir a segurança e saúde dos trabalhadores em uma empresa, conforme estabelecido pela legislação brasileira, principalmente pela NR-5 (Norma Regulamentadora nº 5) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). O dimensionamento define o número de membros da CIPA que uma empresa deve ter, com base no número de funcionários e no grau de risco da atividade econômica. Com isso, uma empresa de grau de risco 1, com 90 (noventa) funcionários, o dimensionamento da CIPA terá membros titulares e suplentes respectivamente, em número de

- (A) 2 e 1.
- (B) 2 e 2.
- (C) 3 e 2.
- (D) 3 e 3.
- (E) 1 e 1.

43. EPI (Equipamento de Proteção Individual) é todo dispositivo ou produto de uso individual utilizado pelo trabalhador para proteger sua saúde e integridade física durante a execução de suas atividades laborais. O uso de EPIs é essencial para garantir a segurança e saúde dos trabalhadores, complementando as medidas de proteção coletiva. A escolha dos EPIs deve ser feita com base na análise de riscos da atividade, e o treinamento adequado é fundamental para garantir sua eficácia. O documento emitido pelo órgão nacional competente em matéria de segurança e saúde no trabalho autorizando a comercialização e utilização do EPI no território nacional é o(a)

- (A) Sistema biométrico.
- (B) Certificado de aprovação.
- (C) Nome comercial.
- (D) Avaliação de conformidade.
- (E) Encomendante predeterminado.

44. O Certificado de Aprovação (CA) do EPI é um documento obrigatório emitido pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) que comprova que um Equipamento de Proteção Individual (EPI) atende às normas de segurança e pode ser utilizado para proteção dos trabalhadores. Os procedimentos para emissão e renovação de CA são estabelecidos em regulamento emitido pelo órgão de âmbito nacional competente em matéria de segurança e saúde no trabalho. O CA concedido ao EPI tem validade vinculada ao prazo da avaliação da conformidade definida em regulamento emitido pelo órgão de âmbito nacional competente em matéria de segurança e saúde no trabalho. De acordo com os conceitos de CA, é correto afirmar que

- (A) o EPI deve ser comercializado com o CA válido, podendo ser admitido um prazo excedente de 360 (trezentos e sessenta dias) do vencimento da validade.
- (B) após adquirido, o fornecimento do EPI deve observar as condições de armazenamento e o prazo de validade do equipamento informados pela organização obrigatoriamente, pois é quem estipula este prazo.
- (C) todo EPI deve apresentar, em caracteres indelévels, legíveis e visíveis, marcações com o nome comercial do fabricante ou do importador, o lote de fabricação e o número do CA, com o nome do responsável técnico e número do respectivo CREA para fins de fiscalização.
- (D) a adaptação do EPI para uso por pessoa com deficiência feita pelo fabricante ou importador detentor do CA, conforme legislação específica, não invalida o certificado já emitido, sendo desnecessária a emissão de novo CA.
- (E) caso seja identificada alguma irregularidade ou em caso de denúncia fundamentada, o órgão de âmbito nacional competente em matéria de segurança e saúde no trabalho pode requisitar amostras de EPI ao fabricante ou importador, desde que exista ordem judicial para tal fundamentação, caso contrário é vedada tal situação.

45. É um método direto de medida da radiação emitida, utilizado para avaliação do conteúdo corporal ou das atividades de alguns radionuclídeos em órgãos específicos do corpo. Nesta análise, geralmente são utilizados os chamados contadores de corpo inteiro, em que os raios gama ou X emitidos pelos elementos radioativos incorporados são detectados em pontos estratégicos do corpo do indivíduo monitorado. O texto trata de

- (A) análise *in vitro*.
- (B) área controlada.
- (C) análise *in vivo*.
- (D) armazenamento externo.
- (E) blindagem.

46. O PCMSO (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional) é um programa obrigatório para todas as empresas. O objetivo do PCMSO é promover a prevenção, rastreamento e diagnóstico precoce de doenças relacionadas ao trabalho, além de monitorar a saúde dos trabalhadores ao longo de sua vida laboral. É considerada uma diretriz do PCMSO em

- (A) rastrear e detectar precocemente os agravos à saúde relacionados ao trabalho, dentro e fora dele.
- (B) controlar a imunização ativa dos empregados, relacionada a riscos ocupacionais, sempre que houver recomendação da Previdência Social.
- (C) subsidiar decisões sobre o afastamento de empregados de situações de trabalho que possam comprometer sua saúde, sempre até 15 (quinze) dias do afastamento.
- (D) definir a aptidão de cada empregado para exercer suas funções ou tarefas determinadas, com ou sem características técnicas, para minimizar os afastamentos do trabalho, exceto os trabalhadores que exercem atividades em altura, pois tem legislação específica.
- (E) subsidiar o encaminhamento de empregados à Previdência Social.

47. Observe a tirinha abaixo:



Disponível em: <http://www.sis.sindconir.org.br/folders/folder-cipa-cor.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2025.

A CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e de Assédio) é uma comissão formada por representantes dos empregadores e dos empregados, com o objetivo de promover a segurança e saúde no ambiente de trabalho, prevenindo acidentes e doenças ocupacionais. A CIPA é uma ferramenta essencial para promover a segurança e saúde no ambiente de trabalho, além de cumprir as exigências legais. Sua implementação requer a colaboração entre empregadores e empregados, com foco na prevenção de acidentes e doenças ocupacionais. De acordo com a tirinha e o texto, marque o item correto.

- (A) Compete ao empregador convocar eleições para escolha dos representantes dos empregados na CIPA, no prazo mínimo de 60 (sessenta) dias antes do término do mandato em curso.
- (B) A organização deve comunicar, com antecedência, exceto por meio eletrônico, com confirmação de entrega, o início do processo eleitoral ao sindicato da categoria preponderante.
- (C) Somente o Presidente da CIPA constituirá dentre seus membros a comissão eleitoral, que será a responsável pela organização e acompanhamento do processo eleitoral.
- (D) Nos estabelecimentos onde não houver CIPA, a comissão eleitoral não será constituída na organização.
- (E) A inscrição e eleição é individual, sendo que o período mínimo para inscrição será de 30 (trinta) dias corridos.

48. A NR-04, que trata das questões pertinentes ao serviço especializado de segurança e medicina do trabalho (SESMT), tem sua existência jurídica a partir da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), sendo responsável pelas diligências técnicas de medidas de prevenção de acidentes do trabalho e doenças ocupacionais e, ainda, pela proteção eficaz dos trabalhadores em relação aos riscos porventura existentes no local de trabalho. Com isso, a relação do índice relativo com o total de empregados é o resultado

- (A) do número total de empregados dividido pelo número de acidentes no estabelecimento, multiplicado por 100.
- (B) do número de acidentes multiplicado pelo número total de empregados do estabelecimento.
- (C) do número total de empregados somado pelo número de acidentes no estabelecimento, dividido por 100.
- (D) do número de acidentes dividido pelo número total de empregados do estabelecimento, multiplicado por 100.
- (E) do número de acidentes subtraído pelo número total de empregados do estabelecimento, dividido por 100.

49. Efeito que permite estudar como os fracassos de componentes específicos de um equipamento ou subsistema do processo se distribuem ao longo do sistema. A estimativa das probabilidades é feita por técnica específica. Também permite analisar como podem fracassar os componentes de um equipamento ou sistema, estimar as taxas de erros, determinar os efeitos que poderão advir e estabelecer as mudanças que deverão ser feitas para aumentar a probabilidade de que o sistema ou equipamento realmente funcione de maneira satisfatória, aumentando a sua confiabilidade. Esta técnica específica é a análise de

- (A) causa e efeito.
- (B) modos e efeitos de falhas.
- (C) árvore de causas.
- (D) consequências.
- (E) incidente crítico.

50. O desenho técnico é uma forma de representação gráfica utilizada para transmitir informações precisas sobre objetos, estruturas, peças ou projetos. Ele é amplamente utilizado em áreas como engenharia, arquitetura, *design* industrial e mecânica, servindo como uma linguagem universal para comunicar ideias e especificações técnicas. Quanto aos tipos de traços, o que é usado para indicar eixos de simetria ou linhas indicativas de planos de corte é traço

- (A) Contínuo.
- (B) Interrompido.
- (C) Ponto.
- (D) Trama.
- (E) EPS.

51. A organização responsável pela obra deve coordenar, observadas as disposições gerais da legislação vigente, o trabalho da CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e de Assédio – NR-05), quando existente no canteiro de obras, e, quando aplicável, do representante nomeado da NR-05. A organização responsável pela obra deve promover a integração entre a CIPA, quando existente, e o representante nomeado da NR-05, quando aplicável, no canteiro de obras e na frente de trabalho, observadas as disposições gerais da legislação. A participação dos membros da CIPA e do representante nomeado da NR-05 nas reuniões, para cumprir seus objetivos, deve atender ao disposto em sua parte. A CIPA do canteiro de obras será considerada encerrada, para todos os efeitos, quando

- (A) as atividades da obra forem finalizadas.
- (B) 06 (seis) meses após o fim da obra.
- (C) 12 (doze) meses após o fim da obra.
- (D) 18 (dezoito) meses após o fim da obra.
- (E) 36 (trinta e seis) meses após o fim da obra.

52. O sistema de hidrantes terá um suprimento de água permanente, que pode ser feito: por ação de gravidade, isto é, de forma que o suprimento da rede não dependa de bombeamento; ou por bombas fixas de acionamento automático para o suprimento no momento de combate ao incêndio; ou por sistema misto, gravidade e bombeamento. A instalação elétrica para o funcionamento das bombas e demais equipamentos do sistema de hidrantes deverá ser independente da instalação geral ou ser executada de modo a se poder desligar a instalação geral sem interromper a sua alimentação. Para serem operados, os hidrantes precisam de pessoas treinadas, e em alguns casos torna-se obrigatório o uso de

- (A) força policial.
- (B) qualquer pessoa que tenha força suficiente para abrir o hidrante.
- (C) rotas de fuga especiais para se chegar até o hidrante.
- (D) mapas e manuais que orientem o uso do equipamento.
- (E) brigadas de incêndio.

53. O engenheiro de segurança do trabalho, o médico do trabalho e o enfermeiro do trabalho devem dedicar, no mínimo, quinze horas (tempo parcial) ou trinta horas (tempo integral) por semana, para as atividades do SESMT, de acordo com o estabelecido no normativo técnico, respeitada a legislação pertinente em vigor, durante

- (A) fora do horário de trabalho, em escala estabelecida pela organização.
- (B) o horário de expediente do estabelecimento.
- (C) fora do horário de trabalho, em escala estabelecida pelos trabalhadores.
- (D) em horário aleatório, desde que aprovado pela organização.
- (E) em horário estabelecido pelo sindicato dos trabalhadores, fora do horário do trabalho.

54. A CIPA será constituída por estabelecimento e composta de representantes da organização e dos empregados, de acordo com o dimensionamento previsto no Quadro I desta NR, ressalvadas as disposições para setores econômicos específicos. A CIPA das organizações que operem em regime sazonal devem ser dimensionadas tomando-se por base a média aritmética do número de trabalhadores do ano civil anterior e obedecido o Quadro I desta NR. Os representantes da organização na CIPA, titulares e suplentes, serão por ela designados. Os representantes dos empregados, titulares e suplentes, serão eleitos em escrutínio secreto, do qual participem, independentemente de filiação sindical, exclusivamente os empregados interessados. A organização designará dentre seus representantes o Presidente da CIPA, e os representantes eleitos dos empregados escolherão dentre os titulares o vice-presidente. O mandato dos membros eleitos da CIPA terá a duração de

- (A) um ano, sendo vedada a reeleição.
- (B) dois anos, permitindo uma reeleição.
- (C) dois anos, sendo vedada a reeleição.
- (D) um ano, permitida uma reeleição.
- (E) três anos, sendo vedada a reeleição.

55. Observe a tirinha abaixo:



Disponível em: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=1470021386368524&id=150379944999348&set=a.1073784379325562>.

Acesso em: 16 fev. 2025.

A rota de fuga de incêndios é um caminho seguro e sinalizado que permite a evacuação rápida e organizada de pessoas em caso de incêndio ou outras emergências. Ela é um elemento essencial do Plano de Emergência de qualquer edificação e deve ser planejada de acordo com normas técnicas e legislações específicas, como as Instruções Técnicas do Corpo de Bombeiros. De acordo com a tirinha e o texto, assinale a alternativa correta.

- (A) O trabalhador estava tentando salvar os equipamentos da organização.
- (B) O chefe queria apenas salvar os equipamentos e a vida do trabalhador.
- (C) O trabalhador em vez de se evacuar pelas escadas do prédio, simplesmente pegou escadas de trabalho para fugir do incêndio.
- (D) O chefe instruiu de forma incorreta o trabalhador.
- (E) O trabalhador agiu de forma correta, pois está utilizando os EPIs.

56. O Certificado de Aprovação (CA) de Equipamento de Proteção Individual (EPI) é um documento emitido pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) no Brasil. Ele atesta que um EPI foi testado e aprovado conforme as normas de segurança e qualidade, garantindo sua eficácia na proteção do trabalhador. De acordo com os conceitos do CA, é correto afirmar que:

- (A) Todo EPI deve apresentar, em caracteres indelévels, legíveis e visíveis, marcações com o nome comercial do fabricante ou do importador, o lote de fabricação e o número do CA.
- (B) Após adquirido, o fornecimento do EPI deve observar, facultativamente, as condições de armazenamento e o prazo de validade do equipamento informados pelo fabricante ou importador.
- (C) O EPI deve ser comercializado com o CA válido, com algumas ressalvas para o capacete e óculos de proteção.
- (D) O CA concedido ao EPI não tem validade vinculada ao prazo da avaliação da conformidade definida em regulamento emitido pelo órgão de âmbito nacional competente em matéria de segurança e saúde no trabalho.
- (E) Os procedimentos para emissão e renovação de CA são estabelecidos, de modo não obrigatório, em regulamento emitido pelo órgão de âmbito nacional competente em matéria de segurança e saúde no trabalho.

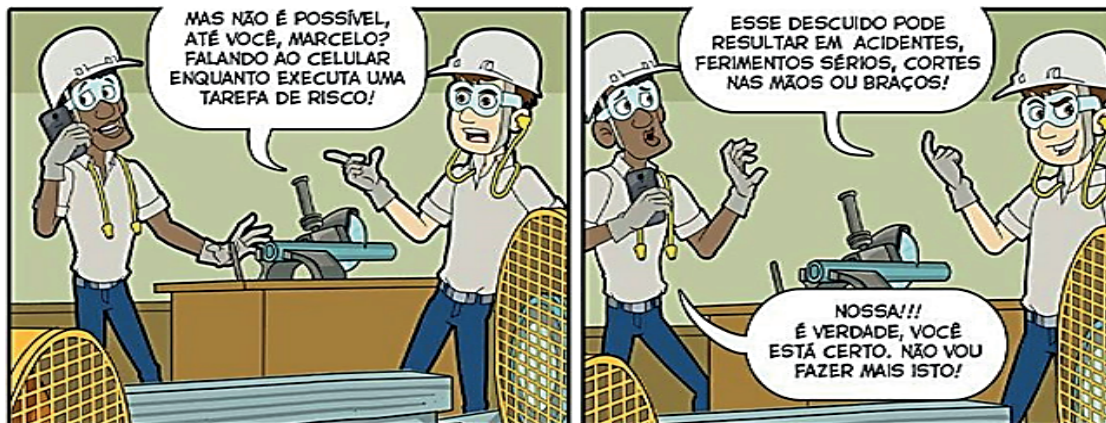
57. A NR 32 (Segurança e saúde no trabalho em serviços de saúde) é a Norma Regulamentadora que trata da Segurança e Saúde no Trabalho em Serviços de Saúde. Ela estabelece diretrizes para proteger os trabalhadores da área da saúde contra riscos biológicos, químicos, físicos e ergonômicos. De acordo com a NR-32, o dispositivo que permite o controle da abertura e dimensionamento do feixe de radiação ionizante é o(a)

- (A) dosímetro individual.
- (B) diafragma.
- (C) lavatório.
- (D) radiofármaco.
- (E) vetor.

58. O PCMSO (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional) é um programa obrigatório para todas as empresas, regulamentado pela NR-07 (Norma Regulamentadora nº 07) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). O objetivo do PCMSO é promover a prevenção, rastreamento e diagnóstico precoce de doenças relacionadas ao trabalho, além de monitorar a saúde dos trabalhadores ao longo de sua vida laboral. De acordo com a NR-07, o profissional de saúde ou mergulhador profissional que é pressurizado juntamente com o paciente é chamado de

- (A) encarregado de ar comprimido.
- (B) médico qualificado.
- (C) guia interno.
- (D) mergulhador.
- (E) operador de eclusa.

59. Observe a tirinha abaixo:



Disponível em: <https://br.pinterest.com/pin/640003797048155104>. Acesso em: 16 fev. 2025.

O uso do EPI (Equipamento de Proteção Individual) é fundamental para garantir a segurança e a saúde dos trabalhadores em ambientes onde existem riscos que não podem ser eliminados ou reduzidos por medidas de proteção coletiva. O EPI é regulamentado pela NR-06 (Norma Regulamentadora nº 06) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), que estabelece as obrigações dos empregadores e dos trabalhadores em relação ao uso, fornecimento e conservação desses equipamentos. Quanto à tirinha e ao texto, é correto afirmar que:

- (A) Os procedimentos para emissão e renovação de CA (certificado de aprovação) são estabelecidos em regulamento emitido pelo órgão de âmbito municipal e estadual competente em matéria de segurança e saúde no trabalho.
- (B) O sistema eletrônico, para fins de registro de fornecimento de EPI, caso seja adotado, a extração de relatórios é facultativa pela legislação vigente.
- (C) A seleção do EPI deve ser realizada pela organização sem a participação do Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho - SESMT, quando houver, após ouvidos empregados usuários e a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e de Assédio - CIPA ou nomeado, neste caso, sempre.
- (D) Quando inviável o registro de fornecimento de EPI descartável e creme de proteção, cabe à organização garantir sua disponibilização, na embalagem original, em quantidade suficiente para cada trabalhador nos locais de trabalho, assegurando-se imediato fornecimento ou reposição.
- (E) Equiparam-se a importador o adquirente da importação por conta e ordem de terceiro e o encomendante predeterminado da importação por encomenda previstos na legislação internacional.

60. A estatística aplicada à segurança do trabalho é uma ferramenta essencial para analisar dados relacionados a acidentes, doenças ocupacionais e condições de segurança no ambiente laboral. Ela permite identificar padrões, avaliar riscos, medir a eficácia de programas de prevenção e tomar decisões baseadas em evidências. A aplicação da estatística na segurança do trabalho é fundamental para cumprir normas regulamentadoras e para promover um ambiente de trabalho mais seguro e saudável. No caso de acidentes sem vítima, refere-se a estatística dos acidentes de trabalho na empresa o custo total da paralisação provocada pelo acidente, incluindo: pagamento ao empregado (até 15 dias), reparo de máquina (se houver quebra), prejuízos causados à produção pela paralisação. Insere-se número inteiro que represente em milhares de reais (R\$) o valor avaliado e despreza-se a fração de milhar, se houver. O texto trata de

- (A) setor.
- (B) número de acidentes.
- (C) total do estabelecimento.
- (D) acidente sem valor venal.
- (E) perda material avaliada.

61. Observe a tirinha abaixo:



Disponível em: <https://www.saedf.org.br/index.php/destaques/11207>. Acesso em: 16 fev. 2025.

A CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes) tem como principal função prevenir acidentes e doenças ocupacionais, promovendo um ambiente de trabalho mais seguro para todos os funcionários. A CIPA desempenha um papel fundamental na promoção da segurança e saúde no trabalho, atuando como um elo entre os trabalhadores e a direção da empresa. Suas funções vão desde a identificação de riscos até a proposição de medidas preventivas e corretivas, contribuindo para a redução de acidentes e doenças ocupacionais. Para que a CIPA funcione de maneira eficaz, é essencial que haja comprometimento de todos os envolvidos e apoio da empresa na implementação das medidas propostas. De acordo com a tirinha e o texto, identifique o item correto.

- (A) O chefe propõe o fumacê, mas não a retirada da água parada dos pneus.
- (B) Na tirinha a sujeira e o entulho continuarão, pois não há uma solução definitiva por parte da CIPA.
- (C) Não é função da CIPA chamar o fumacê.
- (D) O operário não está utilizando os equipamentos de proteção individual apropriados para a eliminação do mosquito.
- (E) A CIPA acompanha a análise dos acidentes e doenças relacionadas ao trabalho, nos termos da legislação vigente e propõe, quando for o caso, medidas para a solução dos problemas identificados, conforme a tirinha.

62. A simbologia lógica de uma árvore de falha é mostrada na figura abaixo e é apresentada uma noção de álgebra booleana. O símbolo demonstrado na figura é



- (A) o módulo ou porta ADN (E).
- (B) o módulo ou porta OR (OU).
- (C) um evento, usualmente um mal funcionamento, descrito em termos de conjuntos ou componentes específicos. Falha primária de um ramo ou série.
- (D) o evento que normalmente ocorre, a menos que se provoque uma falha.
- (E) o módulo ou porta de inibição. Permite aplicar uma condição ou restrição à sequência. A entrada do input e a condição do output.

63. No desenho técnico, o estudo preliminar, que envolve a análise de várias condições do projeto, normalmente materializa-se em uma série de croquis e esboços que não precisam necessariamente seguir as regras tradicionais do desenho arquitetônico. É um desenho mais livre, constituído por um traço sem rigidez dos desenhos típicos. Este é o conceito de

- (A) anteprojeto.
- (B) projeto básico.
- (C) estudo preliminar.
- (D) projeto executivo.
- (E) projeto de licenciamento.

64. A NR 32 (segurança e saúde no trabalho em serviços de saúde) tem por finalidade estabelecer as diretrizes básicas para a implementação de medidas de proteção à segurança e à saúde dos trabalhadores dos serviços de saúde, bem como daqueles que exercem atividades de promoção e assistência à saúde em geral. De acordo com a NR-32, os materiais radioativos hermeticamente encapsulados de modo a evitar vazamentos e contato com o referido material, sob condições de aplicação específicas, são chamados de

- (A) fontes não seladas.
- (B) fontes seladas.
- (C) monitor de radiação.
- (D) matogenicidade.
- (E) segregação.

65. A análise de riscos é um processo sistemático utilizado para identificar, avaliar e controlar riscos que podem afetar a segurança, a saúde e o meio ambiente no ambiente de trabalho. Essa análise é fundamental para a elaboração de normas e procedimentos de segurança, garantindo que as medidas adotadas sejam eficazes e estejam alinhadas com as melhores práticas e legislações vigentes, como as Normas Regulamentadoras (NRs) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Na análise de riscos, o desenvolvimento e a implementação de estratégias específicas de custo-benefício, e, planos de ação para aumentar os potenciais benefícios e reduzir os potenciais custos é denominado(a)

- (A) tratamento dos riscos.
- (B) comunicação e consulta.
- (C) estabelecimento dos contextos.
- (D) identificação dos riscos.
- (E) monitoramento e análise crítica.